

Neoliberalismo, sofrimento e indiferença

Cleyton da Silva Oliveira¹

<https://orcid.org/0000-0002-9575-6171>

¹Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Franca, SP, Brasil

Neoliberalismo, sofrimento e indiferença

Resumo: Este artigo aborda o neoliberalismo a partir das considerações de Christophe Dejours sobre os elementos que o mantêm em funcionamento, apesar de seus efeitos perversos. Para o autor, a indiferença ao sofrimento dele decorrente resultaria não só da lógica do mercado, mas do próprio funcionamento psíquico dos indivíduos, que, por sua vez, produzem estratégias de sobrevivência para conseguirem suportar o sofrimento e, assim, continuarem trabalhando, sem adoecer. A chave explicativa estaria no próprio trabalho, nos esforços de adaptação ao sofrimento imposto no e pelo trabalho no contexto neoliberal que são ampliados a outras dimensões da vida, gerando consequências sociais e políticas preocupantes.

Palavras-chaves: Neoliberalismo; Sofrimento; Indiferença. Trabalho; Christophe Dejours.

Neoliberalism, suffering and indifference

Abstract: The present research aims to approach neoliberalism from Christophe Dejours perspective on the elements that keep it in operation, despite its perverse effects. According to the author, indifference to his suffering resulting from it would result not only from the logic of the market itself, but from the psychic behaviour of individuals, who, in response to it, produce survival strategies to withstand suffering and, thus, continue to work without getting ill. The key to the problem would rest in the work itself, in the efforts to adapt to the suffering imposed on and by work in the neoliberal context that are extended to other spheres of life, resulting in negative social and political consequences.

Keywords: Neoliberalism; Suffering; Indifference; Work; Christophe Dejours.

Recebido em 02.07.2021. Aprovado em 16.12.2021. Revisado em 08.03.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O neoliberalismo, como vem sendo chamada a nova forma de ser do capitalismo desde a década de 1970, tem provocado mudanças importantes na sociedade no seu todo. No âmbito do trabalho, as novas formas de controle e de gerenciamento da força de trabalho impõem aos indivíduos uma competição mortal, colocando em questão sua própria sobrevivência e tornando-os, a um só tempo, vítimas e algozes de novos tipos de sofrimento.

Ninguém escapa dos seus efeitos perversos. Nas últimas décadas, a racionalidade neoliberal vem ampliando, intensificando e gerando novos processos de informalização do trabalho, tendo como objetivo exponenciar a expropriação de mais-valia. Ademais, provoca um crescimento dramático das taxas de desemprego¹ (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021), levando contingentes de indivíduos à exclusão social.

No entanto, apesar dessa tragédia sem precedentes desenhada a muitas mãos, a sociedade, na sua maioria, tem se resignado diante do sofrimento social por acreditar que nada pode fazer, levando a uma desmobilização política, de maneira significativa e duradoura, contra o neoliberalismo. Ocorre que, mais do que apenas fechar os olhos e tapar os ouvidos para o horror dos nossos dias, muitos indivíduos têm cooperado ativamente não apenas para manter, mas, também, para ampliar esse desastre.

As novas formas de controle e de gerenciamento da força de trabalho instauradas pelo neoliberalismo, cujo elemento central é o medo, levam os indivíduos não apenas a aceitarem as novas imposições do capital, mas a cooperarem com elas. Assim, o recurso aos argumentos neoliberais seria menos por convicção do que como uma forma de justificar racionalmente a si mesmo a própria participação no seu funcionamento. Tal justificação amenizaria ou anularia a própria responsabilidade, permitindo ao indivíduo manter sua participação naquilo que provoca o sofrimento, sem, no entanto, prejudicar seu equilíbrio psíquico.

Porém, nesse contexto, dedicar-se e se concentrar exclusivamente no trabalho, para garantir a própria sobrevivência, é mobilizar-se integralmente visando atingir o desempenho máximo. Dessa forma, quanto mais o indivíduo se dedica ao trabalho, mais ele esvazia seu pensamento em relação a outras dimensões da vida, em especial a política.

Deste modo, esforços teóricos e reflexivos são necessários no sentido de compreender os novos processos no interior do mundo do trabalho contemporâneo, decorrentes do acirramento da ofensiva neoliberal contra a força de trabalho. É nessa direção e partindo de uma perspectiva teórico-metodológica de inspiração marxiana e marxista, que o presente artigo² propõe-se a abordar o neoliberalismo a partir da análise crítica das considerações de Dardot e Laval e de Christophe Dejours sobre os elementos que o caracterizam e que possibilitam seu funcionamento, apesar de seus efeitos perversos. Para tanto, na primeira parte do texto, debate-se acerca da definição de neoliberalismo, em especial sobre a formação de uma nova subjetividade assentada no princípio da concorrência; e na segunda parte, são discutidas as alterações e as consequências provocadas por essa nova racionalidade no âmbito do trabalho e no próprio funcionamento psíquico dos indivíduos, especialmente no tocante às suas perspectivas políticas e sociais.

Neoliberalismo, *neossujeito* e novas formas de controle da força de trabalho

Para vários analistas, o capitalismo passou por alterações nas últimas quatro décadas. Mudanças importantes ocorreram desde a crise do *fordismo* e a queda do estado de bem-estar social, de modo que a sociedade que se constituiu de lá para cá, apresenta-se como uma figura singular do capitalismo. Considerado por Dardot e Laval (2016) como *a razão do capitalismo contemporâneo*, o neoliberalismo estende a lógica do mercado a todas as relações sociais, orientando governos, empresas, instituições e os próprios indivíduos e moldando suas subjetividades, constituindo-se, assim, como resposta política não apenas à crise estrutural iniciada entre as décadas de 1960 e 1980, com repercussões atuais, mas ao esgotamento do padrão de dominação então vigente. Deste modo, mais do que uma simples restauração do liberalismo clássico, o neoliberalismo representaria uma alteração radical do funcionamento e do modo de governo do capitalismo.

O mercado não seria mais visto pelos teóricos neoliberais como algo *natural*, mas sim como uma realidade a ser construída, necessitando, assim, da intervenção ativa do Estado, que passa a organizar a si próprio e à

sociedade em torno de uma determinada norma, criando uma nova racionalidade³. Essa norma seria o modelo de mercado, porém entendido não tanto no sentido das relações de troca, mas das relações de *concorrência*. Assim, o Estado, através de leis e instituições, passa a criar mercados e a introduzir relações de concorrência em todas as dimensões da vida, e o faz especialmente através do desmonte do sistema de proteção social estatal, da privatização das empresas e dos serviços públicos, da desregulamentação dos mercados financeiros e de trabalho, entre outros.

O reengajamento do Estado na criação de uma ordem que o submete a novas restrições, reflete, entre outras consequências, na redução dos investimentos públicos e no desmonte dos direitos historicamente conquistados. E isso porque, conforme Dardot e Laval (2016), para o neoliberalismo, a proteção social estatal inviabilizaria o desenvolvimento das potencialidades individuais, prejudicando o funcionamento do capitalismo. Segundo esse entendimento, quanto maior a desproteção estatal, isto é, quanto maior o estado de vulnerabilidade, mais os indivíduos se desenvolvem na busca por garantir a própria segurança. Assim, o intervencionismo estatal continua a ocorrer, não no sentido *keynesiano*, como regulador da economia, mas no sentido de promover a retirada do Estado, por ele próprio. Para tanto, o Estado precariza os serviços públicos e desqualifica sua capacidade gerencial perante a sociedade, para justificar a transferência dos fundos públicos aos mercados. Isto ocorre através das privatizações, cujos valores negociados são sempre aquém dos valores de mercado, favorecendo as empresas compradoras.

Além da nova regulação pela concorrência, institui-se outra norma que é o modelo do *empreendedorismo*. Na medida em que a proteção social estatal é destruída, a ideia de coletivo é enfraquecida. Nas relações sociais em geral, a confiança cede lugar à desconfiança e a solidariedade é minada pelo egoísmo, de tal maneira que o indivíduo, desprotegido, precisa proteger-se, individualmente, contra tudo e contra todos⁴. Agora, inserido em um verdadeiro campo de batalha, o indivíduo é considerado o único responsável por sua própria sobrevivência, sendo obrigado a escolher a respeito de todos os aspectos da sua vida pessoal e profissional, isto é, assumir — e administrar — uma série de riscos considerados inerentes à vida em sociedade. Em outras palavras, ao ser colocado em concorrência, o indivíduo é forçado a gerenciar a si próprio, permanentemente, como um *capital humano*, e, como tal, precisa valorizar-se cada vez mais, por meio dos investimentos que deve fazer em si mesmo. Por outro lado, se não o fizer, corre-se o risco de não desenvolver as competências exigidas pelo mercado, perdendo a competitividade, e, assim, ser eliminado do jogo. Portanto, tornar-se empreendedor de si mesmo implica assumir inteira responsabilidade pelo próprio destino diante da incerteza do amanhã e expor-se permanentemente a riscos. Os resultados que o indivíduo obtém na vida são vistos, assim, como decorrentes de uma série de decisões e esforços que dependem exclusivamente dele. A exposição a riscos, em todas as dimensões da vida, é considerada inevitável, e a gestão deste aspecto dependeria unicamente de decisões privadas.

As situações de mercado são impostas aos indivíduos tais como se fossem uma realidade diante da qual não se pode fazer nada a não ser adaptar-se. Negar-se a participar da competição — considerada a fonte de todos os benefícios — seria não apenas um ato irracional, pueril, mas, também, imoral. Por outro lado, a adesão à causa neoliberal significaria uma demonstração de maturidade por um indivíduo sabedor das próprias obrigações. A este respeito, Safatle (2021, p. 18) lembra que, de acordo com os fundadores da Sociedade Mont Pèlerin⁵, “a recusa ao primado da propriedade privada e da competitividade não seria apenas um equívoco econômico, mas principalmente uma falta moral”. O discurso neoliberal defende a ideia segundo a qual o indivíduo deve ser o único responsável por sua própria vida e por todos os riscos a ela inerentes, tornando-se, assim, independente em relação ao Estado, isto é, recusando sua proteção e, desse modo, recorrendo às próprias armas para combater seus adversários.

A competição exacerbada entre as empresas transformou-se em um tipo normal de relação entre os indivíduos, que, para sobreviverem nesse contexto, estão sempre atentos às melhores oportunidades, avaliando e decidindo, permanentemente, sobre todos os aspectos da vida, por meio de um cálculo econômico, isto é, de relação custo-benefício, de investimento e retorno. Para tanto, somos inseridos em situações que nos forçam a manifestar, na prática, nossa capacidade de gerenciar a si próprios. É nesse sentido que o neoliberalismo vai moldando a subjetividade e a maneira como o indivíduo se relaciona com os outros e consigo mesmo. E na medida em que reconfigura a subjetividade a partir do princípio da concorrência, o neoliberalismo parece produzir um indivíduo de novo tipo, denominado por Dardot e Laval (2016) de *neossujeito*.

Para orientar a conduta desse indivíduo são construídos instrumentos de gestão cujo princípio é a individualização de objetivos, recompensas ou punições, com base em avaliações quantitativas do desempenho. “Gestão por metas, avaliação de desempenhos e autocontrole dos resultados são os métodos empregados por essa gestão dos indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 228). A avaliação consiste em verificar apenas o que é visível, isto é, o que se pode reduzir a termos mensuráveis. Assim, ela torna visíveis, ou invisíveis, determinados aspectos da atividade. Só tem valor o que é visível, enquanto o que escapa aos olhos tende a ser desvalorizado. A valorização dos números leva os indivíduos a focarem suas energias na obtenção de resultados, os quais, no entanto, não correspondem aos esforços por eles empenhados na realização dos objetivos. Porém, todos são obrigados a entrar no jogo da produção coletiva de números, por meio dos quais os indivíduos são avaliados e recompensados ou punidos.

Ocorre que a valorização do desempenho leva a maioria dos indivíduos a experimentar sua insuficiência diante de desafios cada vez mais difíceis de serem superados, apesar dos esforços e sacrifícios realizados, o que conduz a formas depressivas. “A depressão é, na verdade, o outro lado do desempenho, uma resposta do sujeito à injunção de se realizar e ser responsável por si mesmo, de se superar cada vez mais na aventura empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 366). O indivíduo que sucumbe por não suportar a brutalidade das relações de concorrência é julgado como um fraco que não está à altura do desafio, cujo “fracasso” é considerado, inclusive, como uma patologia a ser tratada com medicamentos psiquiátricos.

É importante notar que, para além dos problemas bastante graves do sofrimento psíquico e da depressão, esta promoção universal da concorrência tem ainda consequências problemáticas em termos éticos e políticos. Isso ocorre porque espera-se do indivíduo muito mais a obtenção de resultados do que o respeito aos procedimentos e às regras. “Sendo uma racionalidade estritamente gerencial, vê as leis e as normas simplesmente como instrumentos cujo valor relativo depende exclusivamente da realização dos objetivos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 382).

Para os autores, essa forma de controle da subjetividade só seria possível em um contexto de mercado de trabalho flexível⁶, em que a ameaça do desemprego está presente constantemente para os indivíduos, alavancando a concorrência entre eles. Hoje, como se sabe, o trabalho não oferece mais estabilidade e segurança, não sendo mais possível fazer previsões, tornando os indivíduos cada vez mais dependentes de seus empregadores. A vida, agora, é permanentemente marcada pela instabilidade e pela insegurança, afetando projetos pessoais e profissionais, tornando cada vez mais difícil o estabelecimento de vínculos sociais sólidos, leais e fiéis entre os indivíduos. A ameaça de demissão torna-se, assim, uma estratégia eficaz de controle sobre o trabalho, não apenas do ponto de vista do aumento do desempenho e da produtividade, mas, também, pelo fato de que, ao minar a solidariedade, repercute diretamente no campo político, reduzindo as possibilidades de resistência coletiva.

Foi esse contexto de *medo social* que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a ‘naturalização’ do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329, grifo dos autores).

O indivíduo neoliberal é diferente do indivíduo produtivo das sociedades industriais. Não se trata mais da antiga disciplina que se destinava, pela coerção, a adestrar os indivíduos, tornando-os mais dóceis para a execução de movimentos mecânicos, repetitivos e desprovidos de sentido. Agora, trata-se de governar um indivíduo ativo cuja subjetividade está inteiramente engajada e mobilizada na atividade que se exige que ele cumpra. Para tanto, é feita uma *racionalização do desejo* a fim de atingir o mais íntimo do indivíduo, vinculando a maneira como ele é governado à maneira como ele próprio se governa. Agora, ele é *livre* para decidir a respeito do que deve fazer, sem a necessidade de um outro controlando-o, assumindo para si mesmo a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. “Trata-se de mobilizar a aspiração à ‘realização pessoal’ a serviço da empresa, transferindo exclusivamente para o indivíduo, contudo, a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. O que, evidentemente, tem um alto custo psíquico para os indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 229). Busca-se que ele trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo, ocultando a

distância entre aquele que explora e aquele que é explorado. “Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Assim, o indivíduo passa a concorrer consigo mesmo, buscando, permanentemente, superar-se em termos de desempenho e de produtividade. Para tanto, ele deve desenvolver a capacidade de suportar as novas condições que lhe são impostas, ainda que precise recorrer ao uso de antidepressivos.

Não se trata mais de buscar o equilíbrio, o conformismo, a estabilidade, mas o desempenho máximo, assumir riscos, desenvolver a capacidade de se adaptar às oscilações do mercado, sem certezas, garantias e proteções, isto é, um verdadeiro tiro no escuro. Exige-se do indivíduo que se adapte à nova dinâmica de acumulação de capital, que, mais do que nunca, não pode funcionar em equilíbrio. Esse *mais* seria o que Marx identificou como *mais-valor*, uma exigência própria do regime de acumulação do capital, que, segundo Dardot e Laval (2016), não havia desdobrado todos os seus efeitos, o que ocorreu quando a procura desse *além de si mesmo*, decorrente dos altos níveis de comprometimento subjetivo, tornou-se a condição de funcionamento dos indivíduos e das empresas.

O neoliberalismo, portanto, é muito mais que apenas uma política econômica. Ele traz exigências mais amplas. Não se trata apenas de um modelo de produção de riquezas, mas de produção de indivíduos que, na medida em que produz indivíduos de um novo tipo, reconfigura as modalidades de sofrimento. Estas modalidades de sofrimento, por sua vez, são objetos de estudo de Christophe Dejours, cujo ponto de partida é procurar responder à seguinte pergunta: como é possível tolerarmos a tragédia neoliberal?

Consentimento e cooperação: o sofrimento explorado

Dejours (2007) atribui a origem deste quadro ao neoliberalismo, cujo aspecto central, como vimos, é o desenvolvimento da competitividade, em nome da qual, admite-se, inclusive, passar por cima de certos princípios, antes intocáveis, como a lealdade, a solidariedade, a confiança e a ajuda mútuas, submetendo os indivíduos a sacrifícios sem precedentes. Dejours se refere especialmente aos novos princípios da organização do trabalho que surgem com o neoliberalismo — em particular a avaliação individual do desempenho — e cujas consequências são, de um lado, o aumento extraordinário da riqueza, e de outro, uma nova pobreza que emerge, especialmente no âmbito da subjetividade⁷, levando não apenas ao agravamento das velhas formas de sofrimento, mas, sobretudo, resultando no surgimento de novas patologias mentais⁸.

Nesse sentido, o problema suscitado por Dejours diz respeito aos motivos pelos quais essa tragédia não tem provocado reações políticas significativas contra o neoliberalismo e em solidariedade aos que sofrem os seus efeitos mais perversos. Ao contrário, ela tem gerado, na maioria das vezes, consentimento e cooperação, tornando os indivíduos aptos a suportarem as novas condições que lhe são impostas e cujo comportamento contribui para tornar essas condições cada vez mais duras e prolongadas.

A percepção do sofrimento alheio como uma injustiça a respeito da qual se teria alguma responsabilidade dependeria, antes, da tolerância do indivíduo em relação ao seu próprio sofrimento. Quer dizer, se o indivíduo tolera o próprio sofrimento, ele tende a não reconhecer o sofrimento de outros como uma injustiça. É possível então dizer que a percepção desse sofrimento, o próprio e o alheio, sofre uma distorção que é decorrente da adesão ao discurso neoliberal. A capacidade para suportar a tragédia, sem se abater, não apenas consentindo, mas cooperando, de modo que ela faça cada vez mais vítimas, seria formada no e pelo próprio trabalho através dos esforços psíquicos mobilizados pelos indivíduos, individual e coletivamente, visando à adaptação ao sofrimento.

Mas, antes de prosseguir, é necessário explicar o que Dejours entende por trabalho:

Para nós, a partir do olhar clínico, o trabalho é aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, *saber-fazer*, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar etc. Em outros termos, para o clínico, o trabalho não é em primeira instância a relação salarial ou o emprego; é o «trabalhar», isto é, um certo modo de engajamento da personalidade para responder a uma tarefa delimitada por pressões (materiais e sociais). O que ainda aparece para o clínico como a característica maior do «trabalhar», é que, mesmo que o trabalho seja bem concebido, a organização do trabalho seja rigorosa, as instruções e os procedimentos sejam claros, é impossível atingir a qualidade se as prescrições forem respeitadas escrupulosamente. (DEJOURS, 2004, p. 28).

O *real do trabalho* é por ele definido como aquilo que resiste ao *saber-fazer*, isto é, ao conhecimento, à técnica, à experiência. Essa resistência seria compreendida pelo indivíduo sempre afetivamente, isto é, sob a forma de um *fracasso*, e isso porque haveria uma discrepância inevitável entre a dimensão da prescrição — que compete à organização do trabalho, administradores, engenheiros e gerentes que estabelecem o objetivo a ser atingido e os procedimentos para isso — e a dimensão da atividade propriamente dita — que é realizada pelos trabalhadores. Do encontro com o real surge um tipo específico de sofrimento, o qual, no entanto, não se constituiria apenas como resultado dessa relação, mas como origem da própria inteligência no trabalho, na medida em que, ao se deparar com a resistência do real, o indivíduo passa a buscar os meios adequados para superá-la e, assim, transformar o sofrimento em prazer.

Por se tratar de uma atividade dinâmica, é comum no trabalho a ocorrência de imprevistos de todo tipo, de modo que seria impossível cumprir, na prática, os objetivos de determinada tarefa respeitando rigorosamente às prescrições. Ora, mas o que exatamente seria o *zelo*? De acordo com Dejours (2007, p. 30), “o zelo é precisamente tudo aquilo que os operadores acrescentam à organização prescrita para torná-la eficaz; tudo aquilo que empregam individual e coletivamente e que não depende da ‘execução’”. E segue dizendo que “a gestão concreta da defasagem entre o prescrito e o real depende na verdade da ‘mobilização dos impulsos afetivos e cognitivos da inteligência’”. Assim, como não é possível prever o que se deve fazer para preencher o vazio existente entre uma dimensão e outra, o indivíduo deve descobrir ou construir cada passo a ser dado em direção à materialização das prescrições, o que implica sua subjetividade por completo, isto é, para além do local e do tempo de trabalho, e isso ocorre clandestinamente, na medida em que é necessário reajustar as prescrições estabelecidas pela organização do trabalho. “Para tornar-se hábil (no trabalho) é preciso fazer-se habitar pela experiência do real e do fracasso, experimentar o sofrimento até não poder dormir à noite, até envenenar as relações no espaço doméstico, até sonhar com essa experiência.” (DEJOURS, 2012, p. 364).

O essencial do trabalho pertenceria à dimensão da subjetividade, sendo, portanto, inacessível à quantificação. Apesar de sofisticadas, o que as novas formas de avaliação verificam não corresponderia ao trabalho propriamente dito, mas aos seus resultados, os quais, no entanto, não refletem o real engajamento das capacidades físicas e psíquicas dos indivíduos para a aquisição das habilidades necessárias à sua realização. “Na verdade, não se sabe bem o que se avalia; mas, com certeza, não é o trabalho. Assim, a avaliação funciona, sobretudo, como um meio de intimidação e de dominação” (DEJOURS, 2004, p. 34). A avaliação, uma vez associada a ameaças ou a recompensas em relação ao trabalho, transforma a todos em concorrentes mortais, intimidando-os ao comparar seus números, para controlar seu comportamento e governar sua conduta e torná-los mais produtivos, submetendo-os, assim, a um estado permanente de medo e insegurança. Deste modo, quando um adversário se torna vítima de alguma injustiça, os outros tendem não apenas a permanecer em silêncio, mas, inclusive, a participar dela, esperando obter vantagens em relação ao concorrente na luta pela sobrevivência. A organização, por sua vez, além de fechar os olhos, inclusive, incentiva essas ações, desde que seus objetivos sejam alcançados, isto é, o lucro. Mas, mais do que isso, transforma o próprio indivíduo no seu principal concorrente, em uma busca incessante pelo desempenho máximo e por resultados exponenciais, promovendo uma intensificação da exploração da força de trabalho, o que torna as novas práticas de gestão cada vez mais perversas, por tentar alcançar o inalcançável em termos humanos. O culto ao desempenho e à obtenção de resultados vem sendo utilizado para promover a lógica do empreendedor de si mesmo, que deve superar-se, assumindo todos os riscos. Assim, a avaliação se torna um meio de mobilização total dos indivíduos no trabalho. Mas a verdade é que essa lógica invade todas as dimensões da vida, não só o trabalho. E a consequência disso é que os indivíduos ficam inseguros e passam a se controlar pelo medo, buscando se conformarem aos critérios estabelecidos, para se protegerem.

Dejours parece não ter sido seduzido pelos discursos a respeito da amenização ou mesmo da eliminação do sofrimento no trabalho pelo desenvolvimento científico e tecnológico próprio do *toyotismo*. Para ele, por trás do aspecto *clean* apresentado pelas organizações no período pós-fordista, há o sofrimento dos que trabalham. Além disso, opõe-se às teses neoliberais e pós-modernas que negam a centralidade do trabalho em decorrência do desenvolvimento científico e tecnológico que teria tornado absolutamente dispensável o trabalho vivo⁹. Na verdade, diz ele, “o capitalismo neoliberal continua fundamentalmente centrado na dominação do trabalho e na apropriação das riquezas que este produz.” (DEJOURS, 2007, p. 140). Para ele, enquanto enxugam-se os quadros, aqueles que continuam a trabalhar o fazem cada vez mais intensamente — e muitos o fazem na informalidade, uma tendência em expansão no mundo do trabalho¹⁰.

Nesse sentido, “a principal preocupação, do ponto de vista subjetivo, é a resistência, ou seja, a capacidade de aguentar firme o tempo todo, sem relaxar, sem se importar em machucar as mãos, sem se ferir e sem adoecer.” (DEJOURS, 2007, p. 47). Mas como isso seria possível apesar dessas condições? A partir dos estudos a respeito do funcionamento desses novos princípios organizacionais, Dejours parece ter descoberto que o medo se tornou o motor da inteligência no trabalho, gerando outro tipo de sofrimento. O sofrimento padecido e infligido no contexto do capitalismo neoliberal seria gerado pelo medo da precarização, do desemprego e da exclusão social, isto é, pelo medo do sofrimento. Desde a virada neoliberal, a ameaça passou a ser usada politicamente por governos e organizações em favor da adoção de medidas austeras e de sua aceitação pelos indivíduos, que, por sua vez, devem desenvolver a capacidade de adaptação e de autossuperação sem limites visando garantir a própria sobrevivência em meio à competição.

Porém, a manipulação pela ameaça teria limites. E isso porque o resultado do trabalho é obtido à custa de esforços, não apenas físicos, mas psíquicos. Por sua vez, o indivíduo que o realiza estaria sempre à espera de ter sua contribuição à organização do trabalho reconhecida, por ela própria e pelos pares, para validá-la, não apenas materialmente, mas, sobretudo, na esfera do simbólico, compensando, assim, parte do sofrimento, ao beneficiar o desenvolvimento e o fortalecimento da identidade. Mas, além disso, por ser através do reconhecimento que o indivíduo obtém o pertencimento a um coletivo. Assim, para garantir o reconhecimento, o indivíduo¹¹ consente em participar de qualquer ação necessária à realização de determinado objetivo, seja ele qual for e independentemente de suas consequências, renunciando, inclusive, às próprias convicções em submissão ao julgamento alheio, o que pode levá-lo à experiência da traição de si, gerando outro tipo de sofrimento que se soma ao sofrimento causado pelo medo: o sofrimento ético, decorrente do julgamento que o indivíduo faz a respeito de si mesmo.

A verdade é que, nesse contexto, não há nada garantido, apesar dos esforços e sacrifícios. Porém, apesar das pressões que sofrem no trabalho, muitos indivíduos não apresentam manifestações psicopatológicas. Ao contrário, eles permanecem em um estado de *normalidade sofrente*¹² que resultaria das defesas elaboradas e colocadas em funcionamento pelos indivíduos, individual e coletivamente, contra o sofrimento, insensibilizando-os. Um dos recursos defensivos empregados pelos indivíduos para se protegerem dos efeitos desse sofrimento seria a adesão ao discurso neoliberal como forma de justificarem para si mesmos a própria colaboração em ações contrárias às suas convicções. A colaboração acaba se dando, então, na medida em que é vista como a participação no que é considerado um *mal necessário* e um *mal inevitável*¹³, uma vez que o indivíduo estaria apenas obedecendo ordens e não seria, portanto, responsável pelas mesmas e por suas consequências. Em outras palavras, para aguentar o sofrimento, o indivíduo não faz outra coisa senão trabalhar. Ele se concentra exclusivamente sobre o trabalho, na sua eficiência, até anular a própria consciência a respeito do seu consentimento e da sua cooperação com a tragédia, compensando parte do sofrimento pelo reconhecimento do dever cumprido (DEJOURS, 2007).

Ocorre que essas defesas modificam apenas a percepção do sofrimento, enquanto as condições que lhe deram origem permanecem inalteradas. Assim, quanto maior o sofrimento, mais o indivíduo recorre às estratégias defensivas, as quais, no entanto, anestesiavam a dor, para que o indivíduo suporte cada vez mais sofrimento, levando-o a uma participação frenética de cunho defensivo, cuja aceleração anularia a própria consciência. A verdade é que os esforços estão concentrados em um mesmo sentido: proteger-se, para sobreviver. A resignação e a cooperação seriam, portanto, menos o resultado da adesão por convicção aos argumentos neoliberais do que o resultado de uma estratégia de mobilização dos impulsos psicológicos defensivos, pelo próprio indivíduo, visando-se a autopreservação em um contexto hostil do qual — acredita-se — não seria possível escapar.

Considerações finais

A manipulação política do medo por governos e empresas, no contexto neoliberal, visando o controle e a exploração dos impulsos psicológicos defensivos que levam os indivíduos não somente à adaptação, mas, inclusive, à cooperação sem limites, gera implicações sociais e políticas preocupantes. Como vimos, o neoliberalismo busca produzir certo tipo de relação do indivíduo consigo mesmo. É precisamente nesse sentido que as contribuições de Dejours fornecem elementos importantes para o entendimento e a análise dos motivos pelos quais não haveria reações políticas significativas contra o neoliberalismo, apesar dos seus efeitos nefastos aos indivíduos e à sociedade.

É verdade que Dejours não se apresenta como defensor de uma ruptura radical com a ordem vigente e de um projeto anticapitalista de sociedade. Mas ele tece críticas importantes às teses neoliberais e pós-modernas sobre o fim da centralidade do trabalho e, mais do que isso, atribui à nova fase do capitalismo, chamada de neoliberal, a origem de novas formas de sofrimento e da indiferença ao sofrimento. Assim, apesar de não ser um autor marxista, apresenta-se como defensor da centralidade do trabalho e da emancipação humana. Dejours sugere, nesse sentido, não a superação do capitalismo, mas a eliminação do medo como instrumento de gestão da força de trabalho introduzido pelo neoliberalismo, evidenciando, assim, o limite da sua análise. A noção de zelo é um aspecto central das suas contribuições, na medida em que evidencia que “a evolução contemporânea da organização do trabalho não é uma fatalidade. Ela releva da vontade — e do zelo — dos homens e das mulheres que a fazem funcionar” (DEJOURS, 2004, p. 34). Isso significa que podemos mudar os rumos dessa situação. As contribuições de Dejours, apesar de insuficientes, fornecem pistas importantes que podem nos ajudar a decifrar aquilo que estaria nos desviando do caminho em direção à construção de um novo modo de vida, para além do capital.

Referências

- ABILIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*. v. 18, n. 3, 15 de novembro de 2019.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.
- DEJOURS, C. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 3, p. 363-371, jul./set. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD contínua. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793-desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Cleyton da Silva Oliveira

cleyton.oliveira@unesp.br

Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

UNESP

Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, 900, Jd. Dr. Antônio Petrágli

Franca – São Paulo – Brasil

CEP: 14.409-160

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora:

Não se aplica.

Contribuições das autoras:

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação:

Não se aplica.

Consentimento para publicação:

Autorizo a publicação do manuscrito e dos meus dados pessoais.

Conflito de interesses:

Não há conflito de interesses.

- 1 De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021), a taxa de desocupados no Brasil, no primeiro trimestre de 2021, subiu para 14,7%, cerca de 14,8 milhões de desempregados e desempregadas, maior taxa registrada desde o ano de 2012. Por sua vez, a taxa de informalidade foi de 39,6%, nesse mesmo período, o que equivale a 34 milhões de indivíduos. Além disso, a pesquisa identificou um aumento de 2,4% de trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, totalizando 23,8 milhões de indivíduos.
- 2 Este artigo resulta do adensamento dos estudos e das reflexões do autor acerca do neoliberalismo e de suas implicações sociais e políticas, desde o mestrado, e agora, no doutorado.
- 3 A este respeito, Dardot e Laval (2016, p. 215) recorrem à noção foucaultiana de governamentalidade, definida pelos autores “como ação sobre as ações de indivíduos supostamente livres em suas escolhas”. Trata-se de uma prática que consiste em governar da melhor maneira possível os indivíduos, no sentido de guiá-los, de dirigir suas condutas, de constringer suas ações e reações, em um quadro e com instrumentos estatais. Assim, como eles explicam na Introdução à edição inglesa, esta racionalidade deve ser entendida como uma racionalidade governamental (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17), a qual consiste nos “tipos de racionalidade que são postos em ação nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é conduzida por meio de uma administração estatal”. E esta condução das condutas de outros alcança sua forma mais pura não através da imposição externa de uma disciplina, e sim pela obtenção de um autogoverno do indivíduo. Trata-se de governar pela liberdade (e não contra ela, ou apesar dela), “isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19).
- 4 Ao destruir as formas de solidariedade e reduzir a proteção social garantida pelo Estado, transferindo a assistência estatal e sua gestão para empresas privadas, o risco tornou-se um campo fértil a ser explorado pelo mercado.
- 5 Primeiro grupo formado nos anos 1940 para a difusão dos ideais neoliberais (SAFATLE, 2021).
- 6 Por isso, o sistema de proteção do trabalho, considerado responsável por tornar o mercado de trabalho excessivamente rígido, é um dos principais alvos dos governos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016).
- 7 Dejours parece fazer uma referência indireta aos Manuscritos econômico-filosóficos de Marx, “O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador” (MARX, 2010, p. 82).
- 8 Em especial, os suicídios nos locais de trabalho, fenômeno de que, segundo Dejours (2007), não haveria registros antes do neoliberalismo.
- 9 Teses estas já refutadas por Antunes (2015), como se sabe.
- 10 Em decorrência dos processos de uberização, que submete os indivíduos a condições absolutamente degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, envolvimento e mobilização total para o trabalho, sem garantias e proteções, cuja organização e distribuição da oferta de trabalho e da sua respectiva remuneração é gerenciada por algoritmos, a partir do mapeamento da força de trabalho realizado por eles que são alimentados pelos próprios indivíduos – consumidores e trabalhadores – vinculados às empresas-aplicativos (ABILIO, 2019).
- 11 Sobretudo aquele com identidade frágil, pois, acordo com Dejours (2012), indivíduos com identidades frágeis estariam mais vulneráveis a desenvolver uma dependência psíquica do reconhecimento.
- 12 De acordo com Dejours (2007, p. 36), “a normalidade é interpretada como o resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho. Portanto, a normalidade não implica ausência de sofrimento, muito pelo contrário. Pode-se propor um conceito de ‘normalidade sofrente’, sendo, pois, a normalidade não o efeito passivo de um condicionamento social, de algum conformismo ou de uma ‘normalização’ pejorativa e desprezível, obtida pela ‘interiorização’ da dominação social, e sim o resultado alcançado na dura luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho”.
- 13 Coisas do tipo: está desempregado porque não se esforça o suficiente, deveria mesmo ter sido demitido depois de apresentar tantos atestados médicos”, é merecedor da advertência por ter contestado à organização do trabalho.